

“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...”

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL

A CIÊNCIA da Informação, como campo de conhecimento teórico-prático, constitui-se uma área que pode trazer muitos avanços nas pesquisas na área das Ciências Policiais. A Ciência da Informação fornece as ferramentas e conhecimentos necessários para o gerenciamento, análise e compartilhamento efetivo de informações, contribuindo para o fortalecimento das ações de prevenção e combate ao crime. Como campos de estudo e prática que se dedicam a compreender e promover a segurança da sociedade por meio de ações policiais e políticas de segurança, as pesquisas na área das Ciências Policiais e Segurança Pública, fomentam a proteção da sociedade e o bem-estar da comunidade, garantindo o cumprimento das leis e a proteção dos direitos dos cidadãos.

Nesse cenário a Ciência da Informação pode desempenhar um papel fundamental na coleta, organização, análise e disseminação de informações relevantes para esses campos. A Ciência da Informação pode contribuir para o desenvolvimento de sistemas e processos eficientes de gerenciamento de informações relacionadas à segurança

pública. Auxilia na análise de grandes volumes de dados e na identificação de padrões, tendências e ameaças à segurança pública. A Ciência da Informação pode dar suporte no desenvolvimento de sistemas de gestão da informação, onde são armazenadas informações relevantes sobre ocorrências criminais, investigações, registros de criminosos, entre outros. Também, consegue dar suporte no correto compartilhamento eficiente de informações entre diferentes órgãos e instituições responsáveis pela segurança pública, estabelecendo padrões de interoperabilidade, para a criação de redes de comunicação seguras e a definição de políticas e diretrizes para o intercâmbio de informações sensíveis.

Por outro lado, a Ciência da Informação com a sua expertise na preservação de documentos, registros e evidências relacionadas à segurança pública, pode garantir o acesso seguro e confiável a essas informações no decorrer do tempo, para fins de investigação, análise forense e justiça. Em resumo, a Ciência da Informação pode fornecer as ferramentas e conhecimentos necessários para o gerenciamento, análise e compartilhamento efetivo de informações na área da segurança pública, contribuindo para o fortalecimento das ações de prevenção e combate ao crime.

A interação entre as áreas da Ciência da Informação e da Segurança Pública é essencialmente interdisciplinar. Ambas as áreas podem se beneficiar da colaboração com outras disciplinas, como a psicologia, a sociologia, a criminologia e a tecnologia da informação. Essa colaboração multidisciplinar promove a troca de conhecimentos, o desenvolvimento de abordagens inovadoras e a melhoria das práticas tanto na gestão da informação quanto na aplicação das Ciências Policiais.

O livro *Ciência da Informação e Ciências Policiais: conexões e experiências*, traz uma série de relatos e ensaios de membros da Polícia Federal que cursam o mestrado em *Ciência da Informação*. O presente trabalho é o resultado de um grupo de especialistas na área da *Segurança Pública*, se aproximando, apropriando e implementando as ferramentas que a *Ciência da Informação* fornece para o correto uso, gerenciamento, tratamento e compartilhamento da informação.

O primeiro capítulo intitulado: *A Ciência da Informação e a atividade policial: uma aproximação necessária*, analisa os tipos de informações gerenciadas pelas polícias e as diversas fontes de dados utilizadas pelos órgãos de segurança pública. Partiu-se do pressuposto de que toda informação de interesse para os órgãos de segurança pública deve ser preservada, armazenada e principalmente consultada. Assim, os procedimentos e sistemas usados pelas polícias podem utilizar as bases e correntes teóricas da *Ciência da Informação*.

O segundo capítulo intitulado: *A Importância da Ciência da Informação na definição de Políticas Públicas*, identifica a importância que, a *Ciência da Informação* possui na definição e no acompanhamento de *Políticas Públicas* governamentais, destacando-se como uma importante ferramenta de controle e de identificação de necessidades e deficiências a serem providas pelo Estado e para o fortalecimento da cidadania. Junto a isso, expõe-se um exemplo de ferramenta governamental que pode contribuir na criação e fiscalização de *Políticas Públicas* estatais (*Portal de Transparência*). Como resultado dessa pesquisa verificou-se a importância que a aproximação dos ramos da *Ciência da Informação* e de *Políticas Públicas* têm para o desenvolvimento, avaliação e fiscalização de procedimentos relativos

a medidas de cunho social adotadas pelos órgãos estatais. Assim, identificou-se também, a relevância da utilização de princípios de Ciência da Informação a fim de possibilitar uma participação cada vez maior e mais fácil dos indivíduos diretamente interessados na elaboração e fiscalização de Políticas Públicas: os cidadãos.

O terceiro capítulo intitulado: Organização do Conhecimento e Inovações em identificação de vítimas de desastres, apresenta vínculos existentes entre a Ciência da Informação e a temática DVI. Através de um estudo qualitativo, utilizando a técnica de revisão bibliográfica, buscou-se na literatura exemplos de estudos de caso em que foram abordados conceitos de inovações, bem como de organização do conhecimento. A resposta DVI trata-se de um processo de gerenciamento em que são desenvolvidas várias atividades até se obter o produto final, que no caso é a identificação. Como processo, há oportunidades de inovação nas fases que o compõe, bem como há a necessidade de se registrar o conhecimento para que se possa recuperá-lo e debatê-lo. O debriefing previsto no Guia DVI da Interpol, denominado de “Fase 5”, é uma etapa de suma importância e necessária para o máximo ganho de expertise para a preparação para eventos futuros. Nesta fase surgem as oportunidades de aprimoramento dos protocolos existentes para cada uma das outras quatro fases do processo DVI: local, ante mortem, post mortem e reconciliação.

O quarto capítulo intitulado: A importância do uso de ontologias como ferramenta de organização e representação do conhecimento na investigação policial, tenta se demonstrar a importância do uso de Ontologias como método de organização e representação do conhecimento apta a possibilitar diversos benefícios ao ciclo da investigação e consequentemente ao seu produto finalístico. Para tanto

foram elencados os aspectos teóricos e introdutórios sobre a representação e organização do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação através de Ontologias, bem como a descrição dos principais fluxos informacionais do ciclo da Investigação Policial de atribuição das Polícias Judiciárias no Brasil. Ao final buscou-se demonstrar os benefícios de tal técnica sob a vertente da Interoperabilidade Semântica, principal benefício das Ontologias e que tem o potencial de propiciar maior eficiência e eficácia à Investigação Policial na medida em que promove o aperfeiçoamento da gestão da informação e da gestão do conhecimento inerentes ao ciclo investigativo.

O quinto capítulo intitulado: O uso de vocabulário controlado para o combate ao crime organizado na Polícia Federal, destaca a importância do uso de sistemas de organização do conhecimento na recuperação eficaz em grandes volumes de dados, especialmente provenientes de investigações de combate ao crime organizado e combinados com processamento automatizado. Com o uso desses sistemas pretende-se que todas as informações relevantes à uma investigação seja recuperada. O vocabulário controlado na Polícia Federal, integrado às ferramentas de recuperação de informação, torna-se essencial para qualificar essa recuperação, conferindo precisão ao trabalho de investigação criminal.

O sexto capítulo intitulado: Gestão da Informação aplicada às Ciências Policiais: uma perspectiva da cultura organizacional e da inovação para a segurança pública, analisa a importância da Gestão da Informação a cultura organizacional e os processos de inovação nos ambientes dos órgãos de segurança pública como apoio ao combate à criminalidade. Essa é uma pesquisa que se caracteriza por ser descritiva, onde, a partir de uma pesquisa bibliográfica

foi feito um levantamento das principais referências sobre as temáticas abordadas, para a compilação de elementos que facilitem a obtenção dos resultados esperados para esta pesquisa. Diante dos elevados níveis de organização da criminalidade, a implementação de processos de GIP, observados os conceitos trazidos pelas teorias abordadas, se coloca como alternativa para impulsionar a melhoria da prestação do serviço público policial e com isso melhoria da qualidade de vida da sociedade.

O sétimo capítulo intitulado: Inovações no Inquérito Policial: O sistema de gestão da atividade de polícia judiciária, analisa a ação de inovação implementada pela Polícia Federal com o desenvolvimento da solução de software denominada Sistema de Gestão de Atividade de Polícia Judiciária (ePol) que tem como funções primordiais a materialização e a gestão de todos os Inquéritos Policiais Federais. Este novo sistema veio a substituir o antigo Sis-cart que possuía bases de dados locais em cada Unidade da Polícia Federal e recursos deveras limitados. A análise do ePol como atividade de inovação no setor público foi realizada a partir de uma revisão de literatura objetivando esclarecer os principais conceitos de inovação, principalmente aqueles que estão presentes no Manual de Oslo, e também as especificidades da Inovação no Setor Público. Foram realizados apontamentos sobre aspectos de inovação particulares ao caso da implementação do ePol, por meio da especificação das principais características dessa ferramenta enquanto Inovação.

O oitavo capítulo intitulado: Inovação na Polícia Judiciária: novos produtos para uma nova estratégia, aborda os problemas analíticos relacionados à inovação no setor policial e oferece diretrizes sobre tais inovações. As inovações realmente inovadoras no campo das polícias judiciárias

estão relacionadas a maior capacidade de coleta, armazenamento e análise de dados e informações, o que é fundamental para a produção de novos serviços e uma reformulação do processo de negócio das polícias judiciárias. As polícias precisam superar as dificuldades envolvidas no estabelecimento e manutenção do sistema de informação, com a configuração e execução de sistemas de tratamento de dados que possam aumentar a capacidade das forças policiais de empreender estratégias proativas eficazes contra indivíduos e grupos de potenciais infratores.

O nono capítulo intitulado: Uma metodologia para produção de conhecimento em segurança pública por meio de recursos de visualização de dados e informações, propõe uma metodologia de análise dos dados do Sinic, atrelada a ferramentas de *business intelligence* e de gerador de grafos, de forma que o produto obtido seja de alto valor para a investigação criminal e para a inteligência policial. O trabalho utilizou como aplicação prática um estudo de caso envolvendo a investigação do furto ao Banco Central em Fortaleza - CE (Bacen - CE) e constatou que soluções como os dashboards e os grafos em análises de redes sociais potencializam a visualização de dados e informações, especialmente quando das investigações de redes complexas, maximizando, assim, o poder cognitivo do usuário. Antes de apresentá-lo, segue-se uma necessária contextualização de suportes teóricos relacionados a recursos de visualização da Ciência da Informação. 3

O décimo capítulo intitulado: Inovação no planejamento de cursos EAD da Polícia Federal com abordagem em Ciência da Informação, aborda elementos da inovação aplicada ao contexto da capacitação a distância corporativa numa instituição de segurança pública do governo federal brasileiro. A importância da inovação transcende

a iniciativa privada e chega ao ente público demandando evolução nos processos internos e trazendo melhores serviços para aos cidadãos. Situações orçamentárias restritivas e alcance do efetivo são desafios enfrentados. A abordagem deste estudo tem perfil exploratório buscando na revisão da bibliografia com método de pesquisa para investigação de inovação para entrega da informação para o planejamento da gestão educacional. Uma abordagem de ciclo de vida de produto é proposta como inovação de processo no planejamento de futuras ações educacionais. O resultado esperado desta investigação é trazer eficiência no processo de planejamento educacional dos cursos de capacitação a distância da Polícia Federal. A continuidade do processo de inovação é fator de sucesso para a modernização dos governos.

O décimo primeiro capítulo: Uso da inteligência artificial em listas de passageiros do sistema privado aéreo internacional brasileiro, investiga a possibilidade de utilizar uma rede neural para buscar perfis e modos operantes dos principais suspeitos de tráfico internacional de drogas nos aeroportos internacionais brasileiros. Desta forma, se relataram algumas dificuldades encontradas para obter uma base de dado confiável, robusta e com capacidade de treinar e testar uma IA com eficácia para análise de lista de passageiros nos aeroportos internacionais brasileiros.

O décimo segundo capítulo: Requisição dos Dados Telemáticos na Investigação Criminal Brasileira: diagnóstico, fluxo de processo e cadeia de custódia apoiada pela tecnologia blockchain, descreve o fluxo do processo de gestão dos dados telemáticos obtidos judicialmente na investigação criminal brasileira e os principais problemas encontrados baseados em avaliação diagnóstica na Polícia Federal do Brasil. A partir da identificação desses fluxos,

analisar as principais causas e propor uma solução automatizada para o processo apoiada na tecnologia blockchain, com base na literatura correspondente. Os resultados permitiram inferir algumas conclusões que corroboram o cenário prático. Não há uma rotina semelhante entre os diversos policiais, cada um em seu grupo de trabalho realizará a tarefa de forma análoga, mas não de forma padronizada. Uma arquitetura de plataforma web baseada na tecnologia blockchain foi proposta para melhorar o ciclo de vida e o uso de dados telemáticos de intimação no ambiente de investigação policial.

O décimo terceiro capítulo: O Sistema de Avaliação e Promoção-SISAP como proposta de inovação na promoção do policial federal, investiga-se o processo de avaliação e promoção na carreira policial, em transição de uma execução predominantemente manual para digitalizada, com o objetivo de descrever a característica inovadora dessa digitalização de processo. Os resultados incluem a síntese de conceitos de inovação no setor público, com a especificidade da Política de Inovação da Polícia Federal concretizada em ações desenvolvidas. Também incluem a análise da proposta do Sistema de Avaliação e Promoção (SISAP) como possível inovação. Em conclusão, o SISAP é uma proposta de inovação administrativa, incremental e de processo tecnológico, em consonância com a cultura da inovação no serviço público e com a Política de Inovação da Polícia Federal, bem como com seu Plano Estratégico.

O décimo quarto capítulo: Desinformação e Censura na Rede Mundial de computadores: as implicações éticas para a Ciência da Informação, aborda o compartilhamento frenético de informações e a ubiquidade e disponibilidade de dados proporcionados pela rede mundial de computadores. Examina, também, os efeitos deletérios da desinformação,

que se viraliza por meio dessas mesmas infovias eletrônicas, e os esforços e alternativas concebidas para conter esse fenômeno (a desinformação), que influencia o mercado, a política, a saúde, mobiliza as pessoas e acende conflitos. É nesse cenário que se testemunha o alvorecer da era instantaneidade, cujos contornos são definidos pela pós-verdade e caracterizados pela primazia da velocidade sobre a confiabilidade e checagem da informação. A pesquisa bibliográfica realizada para este texto expõe, também, os riscos inerentes à tentativa de se combater o fenômeno com a censura, reafirma os compromissos éticos do cientista da informação e aponta que a educação dos usuários seria a resposta mais adequada no contexto dessa infodemia para redução dos efeitos da desinformação.

O décimo quinto capítulo: Usabilidade e Arquitetura da Informação à luz da abordagem Top-down na Intranet da Polícia Federal, analisa, a partir da arquitetura da informação e de sua abordagem Top-down, proposta por Rosenfeld, Morville e Arango, a usabilidade da página inicial de intranet da Polícia Federal. Para tal efeito, foi revisada, a partir de pesquisa bibliográfica, base teórica que dá sustentação a tal empreitada. A aplicação de modelo para aferição objetiva de critérios de usabilidade resultou na observação de conformidade integral dos itens estruturais da página inicial de intranet da Polícia Federal aos requisitos mínimos de usabilidade do arquétipo selecionado.

Dr. EDGAR BISSET ALVAREZ, BEATRIZ TARRÉ ALONSO,
PAOLA CARVALHO DA SILVEIRA

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina